

**PROJETO DE LEI N.º 142/2012**

**Súmula:** Transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**Art. 1.º** O Escritório de Representação do Governo, unidade do nível de assessoramento da Casa Civil passa a constituir-se em um órgão de assessoramento, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

**Art. 2.º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários a implementação desta Lei.

**Art. 3.º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR. 2012

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 29 de março de 2012  
OF CEE/G 078/12

I – À DAP para leitura no expediente  
II – A D L para providências.

Em, 03/04/2012

*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 09/12, relativa ao Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

**MENSAGEM N.º 09/12**

Curitiba, 29 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que transforma o Escritório de Representação do Governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Os Escritórios de Representação do Governo, de acordo com o Regulamento da Casa Civil, aprovado através do Decreto n.º 582, de 17 de fevereiro de 2003, são unidades de assessoramento da própria Casa Civil, podendo ser instalado mediante proposição do Chefe da Casa Civil e por ato próprio do Governador do Estado.

Com a presente proposta, objetiva-se a criação de um Órgão no organograma da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

lhph/Protocolo n.º 11.271.735-8



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12**

**Projeto de Lei nº. 142/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 009/12**

**Súmula:** Transforma o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**EMENTA:** TRANSFORMA O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO SUBORDINADO AO GOVERNADOR DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo transformar o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Concedido vista.**

Em 10 / 04 / 12

Tadeu Veneri  
CCJ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



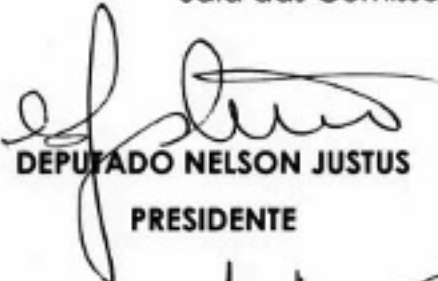
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

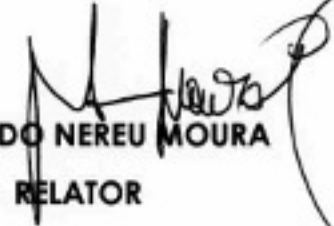


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**





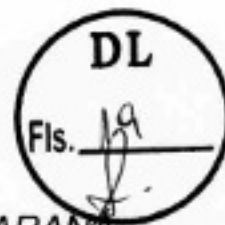








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/12**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 02/12, e objetiva transformar o Escritório de Representação do Governo em órgão de Assessoramento subordinado ao Governador do Estado.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, esta Comissão de Finanças, entende que o proponente da matéria tem a competência para iniciar projetos dessa natureza conforme preceitua o art. 65 da Constituição do nosso Estado.

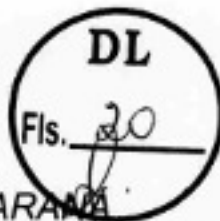
Do mesmo modo constata-se que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 66 e 87, tratam da iniciativa privativa do Governador do Estado para propor matérias que disponham sobre a criação estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Assim sendo, esta Comissão manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 142/12.

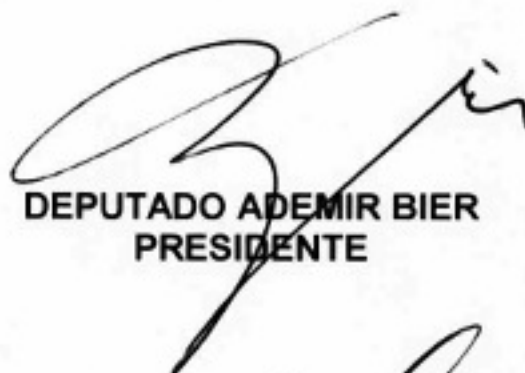
É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões em 25/04/12



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR



DEPUTADO ELIO RUSCH



DEPUTADO ELIO RUSCH

EMENDA DE RENÂRIO 01 DAP. 09/05/12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**EMENDA SUPRESSIVA**

**Sumula:** Suprime o artigo 2º do PL 142/2012 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Escritório de Representação do Estado do Paraná em Brasília.

Art. 1º Fica suprimido o art. 2º do projeto de Lei 142/2012 de Autoria do Poder Executivo.

Plenário das Sessões, 09 de maio de 2012.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep. Enio Verri

Dep. Elton Welter

Toninho Wandscheer

Dep. Luciana Rafagim

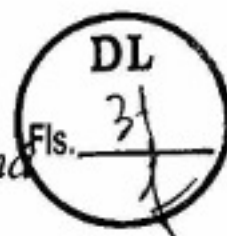
Dep. Tadeu Veneri

Dep. Péricles de O. Mello

Dep. Prof. Lemos



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 142/12.**

**Projeto de Lei nº 142/12**

**Autor da emenda: Bancada do Partido dos Trabalhadores**

**Súmula:** Suprime o art. 2º do Projeto de Lei nº 142/12 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Escritório de Representação do Estado do Paraná em Brasília.

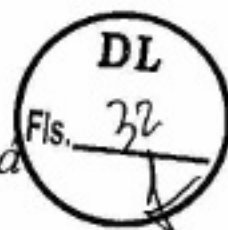
**EMENTA: SUPRIME O ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI 142/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo transformar o escritório de representação do governo em órgão de assessoramento subordinado ao Governador do Estado, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Nereu Moura.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Supressiva, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

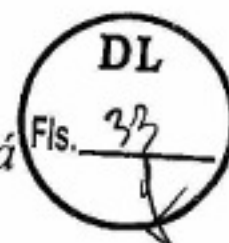
Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;  
II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §1º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.** (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de MAIO de 2012.

Deputado CAIÃO QUINTANA  
Presidente em exercício

Deputado NEREU MOURA  
Relator



DEP. PEDRO LUPION  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.  
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. 628/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 AGO. 2011

*Mauro*  
1º Secretário

Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 1º. Institui-se, nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, o "Programa Bombeiro Mirim".

Parágrafo único. Poderão participar do programa adolescentes e jovens, com idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º. São objetivos do Programa:

I - proporcionar maior integração entre a corporação, a família e a comunidade, com a criação de circuitos alternativos de vivência e convivência;

II - proporcionar atividades cívicas, socioculturais, esportivas e recreativas;

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná  
41 3350-4006

14:39 10/08/2011 005182 DP ASSUNTO: LEGISLATIVO DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

D. L.  
Fls. 03

III – orientar sobre o exercício da cidadania, noções de primeiros socorros, legislação de trânsito, prevenção de acidentes, doenças transmissíveis, ecologia e meio ambiente.

**Parágrafo único.** Os adolescentes e os jovens devem participar de atividades exclusivamente relacionadas com a aprendizagem, sendo vedada a sua participação em atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

**Art. 3º.** O Programa será desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, mediante a celebração de parcerias e convênios com as prefeituras interessadas, secretarias estaduais e municipais, organizações não governamentais e empresas.

**Art. 4º.** O Executivo Estadual dará apoio dentro de suas disponibilidades orçamentárias, à manutenção do programa “Bombeiro Mirim”.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2011.

  
**PEDRO LUPION**

**Deputado Estadual**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

D. L.  
Fls. 04  
JZ

**JUSTIFICATIVA:**

A presente propositura tem por escopo dispor sobre a criação do programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. O programa "Bombeiro Mirim" tem por escopo a prevenção de incêndios, a preservação do meio ambiente, a formação cidadã dos adolescentes e jovens e, principalmente, contribuir para a diminuição da criminalidade.

Ao dar uma ocupação sadia aos adolescentes e jovens, instruindo-os sobre valores essenciais, evita-se que fiquem nas ruas e caminhem para a marginalidade. São inúmeros os registros positivos sobre essa iniciativa. Além disso, o principal objetivo do projeto social é o de preparar os participantes para o enfrentamento de situações de emergência no campo da segurança contra incêndio e pânico, disseminação de conhecimentos na área de preservação do meio ambiente, ensinando noções de saúde e de higiene, educação no trânsito, cidadania, civismo e atividades recreativas.

Pelos fatos expostos e pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura por se tratar de grande interesse público.

*Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/11**

**Projeto de Lei nº 628/11**

**Autor: Deputado Pedro Lupion**

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**EMENTA:** INSTITUI O PROGRAMA BOMBEIRO MIRIM NO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa autorizar a instalação/criação do Programa Bombeiro Mirim no âmbito do Estado do Paraná, com a participação de adolescentes e jovens com idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, preferencialmente, em situação de vulnerabilidade social, visando a participação em atividades exclusivamente relacionadas com a aprendizagem, sendo vedada a participação nas atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Dando prosseguimento à análise, observa-se pela justificativa do autor que o presente projeto visa preparar os participantes para o enfrentamento das situações de emergência no campo da segurança contra incêndio e pânico, disseminação de conhecimentos na área de preservação do meio ambiente, ensinando noções de saúde e de higiene, educação no trânsito, cidadania, civismo, bem como, promover atividades recreativas.

Quanto à legalidade do Projeto de Lei, é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção da educação, cultura, ensino e desporto, bem como proteção à infância e à juventude, conforme o artigo 24, incisos IX e XV, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**IX - educação, cultura, ensino e desporto;**

**XV - proteção à infância e à juventude;**

Inquestionável que o Projeto de Lei 628/2011 vem ao encontro do intuito supracitado, ou seja, fomentar tais princípios, mas especialmente proteger crianças, jovens e adolescentes paranaenses dos males que tanto afetam nossa sociedade atualmente.

Outro ponto que merece destaque é que o Presente Projeto de Lei não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), pois tem o único e exclusivo condão em autorizar os Quartéis do Corpo de Bombeiros a instalar o projeto Bombeiro Mirim em suas sedes, estreitando ainda mais os laços com a comunidade, levando para dentro de suas instalações os jovens entre 12 e 17 anos.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Importante mencionar que o Projeto autoriza, mas não obriga, o Corpo de Bombeiro instalar o Projeto Bombeiro Mirim em seus quartéis, devendo ser respeitada a disponibilidade da Instituição para a criação ou não do projeto.

Da mesma forma, deve-se atentar ao fato que, conforme prevê o art. 3º e 4º do Projeto de autoria do Deputado Pedro Lupion, a instalação do projeto Bombeiro Mirim nos Quartéis do Corpo de Bombeiros não gerará qualquer custo à administração pública, pois eventuais custos deverão ser supridos através de parcerias com as Prefeituras, Organizações Não Governamentais ou empresas privadas.

Por fim, mas não menos importante, é sabido que o Corpo de Bombeiros é a instituição que goza de maior respeito e prestígio por parte da sociedade civil e assim deve ser preservado e, indubitavelmente, que a implantação do Projeto Bombeiro Mirim colaborará de sobremaneira não apenas com a manutenção, como também no fortalecimento, dos laços entre sociedade civil e os integrantes do Corpo de Bombeiros.

Desta forma, após a análise completa do Projeto de Lei em tela, considera-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, portanto o Nobre Deputado Estadual é legitimado e competente para legislar acerca do tema, não cabendo questionar eventual vício de iniciativa.

Também não há afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), pois não gerará custos à administração pública, restando claro que a matéria encontra-se em conformidade com todos os preceitos constitucionais, gozando de legalidade e de constitucionalidade.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, também inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 18 de agosto de 2011

*autuado*  
*Carla de Gondim*  
*Coord. Adm.*  
*CCJ 13/04/12*

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator

*[Handwritten signatures and marks]*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/2011

Projeto de Lei nº 628/2011

Autoria: Deputado Pedro Lupion

Objetivo: Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

O Programa proposto pelo nobre deputado Pedro Lupion, chamado de "Bombeiro Mirim", para ser instituído nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros, que pertencem à nossa gloriosa Polícia Militar, objetiva oferecer a oportunidade para jovens e adolescentes na faixa etária de 12 até 17 anos, pretende promover os cidadãos que se preparam para o futuro, um aprendizado que os levarão a deixar a situação de vulnerabilidade social.

O Art. 2º do referido projeto pretende proporcionar uma maior integração entre a corporação, a família e a comunidade, com a criação de circuitos alternativos de vivência e convivência.

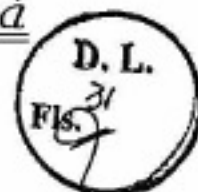
As atividades cívicas, socioculturais, esportivas e recreativas que fazem parte do projeto por certo contribuirão não só para o aprimoramento biopsicofisiológico do adolescente e do jovem, como contribuirão em muito na sua formação para a cidadania.

Retirar esses adolescentes e esses jovens das ruas e oferecer o encaminhamento para a definição de uma profissão é – na minha forma de ver – o objetivo maior desse projeto.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Prepará-los para a vida é estabelecer o princípio básico contido na Constituição Estadual, em seu artigo 165: "O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a Sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio".

Desta forma, somos de **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente Projeto de Lei de Lei do nobre Deputado Pedro Lupion.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2011.

Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora

Deputada ROSE LITRO

Presidente

  
MARA TURCK  
ELTON WELTER

ROBERTO Aciolli



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 628/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que dispõe sobre a criação do programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa e Comissão dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Ainda é de se ressaltar que o Projeto, propicia uma formação a crianças de 12 a 17 anos, com embasamento disciplinar, fazendo com que em seu tempo ocioso a criança possa participar de atividades saudáveis e pedagógicas.

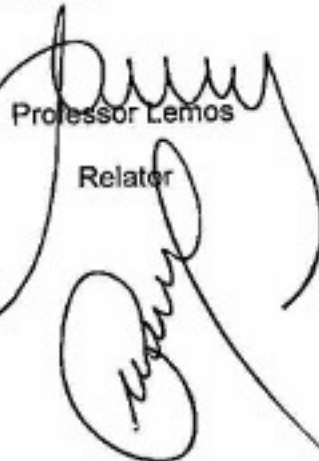
CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 01 de Março de 2012.

  
Mauro Moraes  
Presidente da Comissão

  
Professor Lemos  
Relator



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

DL  
Fis. 36  
2

## PARECER AO PROJETO DE LEI No.628/2011

**SÚMULA:** Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**AUTOR:** Deputado Pedro Lupion

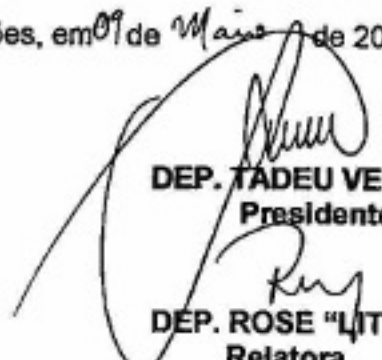
**TRAMITAÇÃO:** O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso e da Comissão de Segurança Pública.

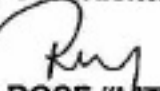
### **ANÁLISE E PARECER:**

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise, através da criação de um programa que envolve educação de adolescentes e jovens, de 12 a 17 anos, proporcionar a formação cidadão dos adolescentes, educar quanto à prevenção de incêndios, preservação do meio ambiente e, principalmente, diminuição da criminalidade, através de atividades educativas e práticas.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Diante disso, observa-se que o Projeto de Lei é meritório com relação à garantia dos direitos dos cidadãos, pelo que emitimos PARECER FAVORÁVEL sobre o mesmo.

Sala de Reuniões, em 09 de Maio de 2012.

  
DEP. TADEU VENERI  
Presidente

  
DEP. ROSE "LITRO"  
Relatora







**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

D. L.

Fls. 02

867/11

Projeto de Lei Nº 12011

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 31 OUT. 2011

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

**Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar, com sede e foro no município de Cruz Machado-PR.**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – Casa Familiar Rural - PR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Cruz Machado, com endereço na Estrada Linha Iguaçu Sul s/n. Área Rural, CEP 84.620-000 com o CNPJ nº 10.499.185/0001-84.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2011.

*[Assinatura]*  
**Deputado Péricles de Holleben Mello**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

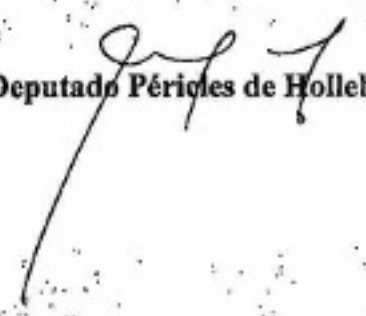
D. L.  
Fls. 03

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei tem como objeto obter a Declaração de Utilidade Pública e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A entidade oferece cursos com a metodologia de alternância, sendo que os alunos permanecem em semana na escola e outras ficam na propriedade onde recebem as vistas de dois técnicos ou monitores. Disponibilizando o funcionamento de cursos de Ensino Fundamental denominado "Curso Básico de Agricultura Familiar" e em Nível Médio denominado "Curso Técnico de Agricultura Familiar".

A Casa Familiar Rural foi instituída no mês de outubro de 2008, com a finalidade de dirigir atividades educativas na cidade de Cruz Machado, formando profissionais e capacitando para uma boa gestão de suas propriedades, com o caráter educativo, familiar e social.

  
Deputado Péricles de Holleben Mello



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 867/2011**



Projeto de Lei nº. 867/2011  
Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello.

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR, com sede e foro no Município de Cruz Machado.*

**EMENTA:** *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual ***Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR***, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação familiar e social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, foro da presente entidade é na Comarca de União da Vitória, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 98/95**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

**Art. 8º** A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

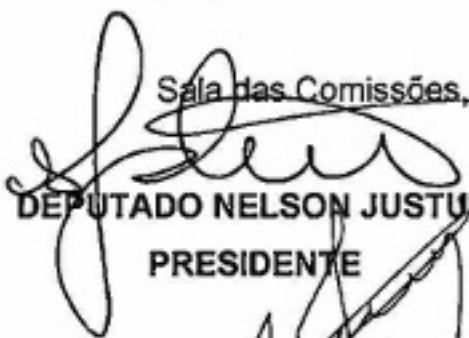
DL  
Fls. 65  
H

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 08 de 06 de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 867/11**

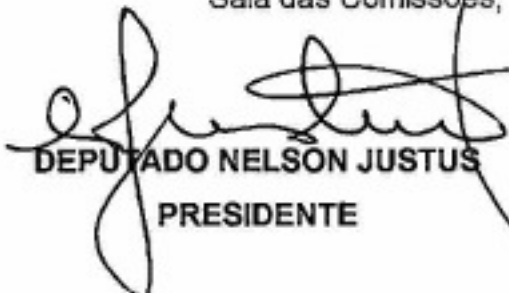
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

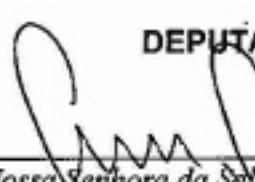
**"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória".**


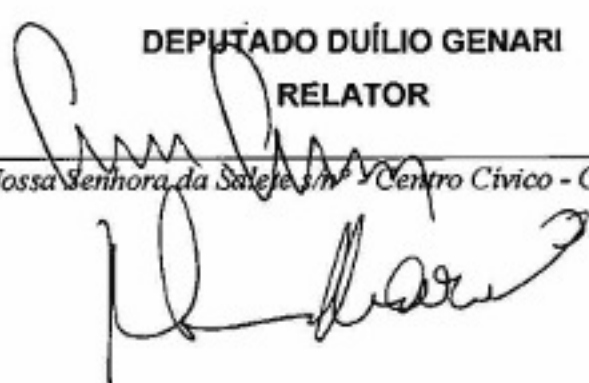
**"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação da Escola do Campo – CASA FAMILIAR RURAL - PR, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória, com endereço na Estrada Linha Iguaçu Sul, s/nº, CEP 84.620-000 com CNPJ nº 10.499.185/0001-84".**

**"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".**

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUÍLIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

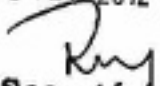
Fls.

26

## PROJETO DE LEI Nº 046/12

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2012

  
1º Secretário

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o PROVOPAR TIJUCAS DO SUL, com sede no município de Tijucas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense de Tijucas do Sul – PROVOPAR TIJUCAS DO SUL, com sede no município de Tijucas do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2012

  
**TONINHO WANDSCHEER**  
Deputado Estadual

### Justificativa:

O Provopar de Tijucas do Sul, constituído em 21 de junho de 2007, é uma associação civil de direito privado e de caráter social, sem fins lucrativos, tendo entre seus objetivos atender crianças e adolescentes, idosos e pessoas portadores de necessidades especiais, bem como toda a comunidade carente, buscando melhorar as suas condições, através da educação, conscientização e inclusão social; promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuem na área social para melhor atendimento a entidades sociais, e promover cursos profissionalizantes, de desenvolvimento de habilidades com intuito de gerar renda às famílias carentes.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 16.888, de 01 agosto de 2011, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

14:52 28/02/2012 000982 DP (SSJALL) LEGISLAÇÃO DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 046/2012**

**Projeto de Lei nº. 046/2012**

**Autor: Deputado Estadual Toninho Wandscheer**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública o Provopar Tijucas do Sul, com sede no Município de Tijucas do Sul e foro no Município de São José dos Pinhais.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

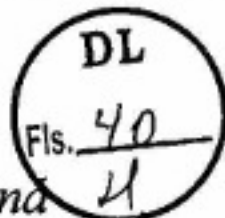
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Provopar Tijucas do Sul**, com sede no Município de Tijucas do Sul e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 008/12.**

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART.1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de março de 2012.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 08 de maio de 2012.

**DEPUTADO DEILÃO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
Relator





## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER Á PROPOSIÇÃO Nº. 020/2012 - A

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de março de 2012, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decidimos pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 08 de maio de 2012

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
Relator